

A luta de classes na batalha das ideias: movimentos sociais x movimentos populares¹

por João Pedro Stédile²

Reproduzimos aqui o texto do militante e coordenador nacional do MST^[3] João Pedro Stédile que foi publicado originalmente em maio de 2018 no veículo de comunicação Sul 21^[4]. Neste ensaio, Stédile defende o uso do termo Movimentos Populares para identificar movimentos de trabalhadores e sugere eliminar o uso do termo Movimentos Sociais para movimentos ligados às classes trabalhadoras e populares. O MST se entende como organização que vem do povo, especialmente nos países de economia dependente e subordinada, ou seja, é um movimento que, segundo o Stédile, representa a classe trabalhadora em seu sentido amplo, diferenciando-se de movimentos sociais que vêm das classes burguesas e/ou da pequena burguesia e que, obviamente, não se identificam com o povo.

Escolhemos reproduzir este breve ensaio sobre movimentos populares já que esta edição da Revista Indisciplinar, assim como a edição anterior, trata do tema "territórios populares". Trata-se de levantar um argumento importante para o debate sobre o recorte temático destas duas revistas, já que surge de uma liderança representante do maior movimentos social do Brasil, vinculado à Frente Brasil Popular^[5], maior frente de esquerda do país.

A partir da década de 1990, o termo Movimentos Sociais vem sendo propagado nos espaços internacionais da esquerda, adquirindo especial relevância a partir de 2001, nas seguidas edições do Fórum Social Mundial (FSM), nos quais se organizavam Assembleias dos Movimentos Sociais.

Neste período, o uso dessa expressão tinha um claro conteúdo político, pois caracterizava a organização de sujeitos da classe trabalhadora que tinham uma luta social específica e que não estavam necessariamente organizados nos tradicionais sindicatos ou partidos da esquerda.

Nos últimos períodos, sobretudo a partir da crise internacional do capitalismo inaugurada em 2008, temos identificado uma crescente distorção no uso do termo Movimento Social, que vem sendo cada vez mais caracterizado de forma genérica, como toda e qualquer articulação, rede, movimento ou luta que aglutine um determinado grupo humano, e portanto social.

Partindo desta concepção distorcida, temos visto por toda a América Latina a proliferação de pequenos grupos de direita e de extrema direita, organizados principalmente através das redes sociais da internet, serem denominados Movimentos Sociais. Estes têm aglutinado sobretudo os setores de classe média insatisfeitos com os governos progressistas e de esquerda, e tem sido muito úteis à ofensiva neoliberal e golpista que tem avançado na região principalmente na disputa das mobilizações de rua com as organizações da esquerda.

Entendemos que o uso genérico do termo desconsidera totalmente a perspectiva de análise a partir da luta de classes, o que têm um grande impacto sobre a identidade e a linha de ação da esquerda na região, por isso não é tarefa menor enfrentar este debate e assumir uma posição sobre ele.

No âmbito da ALBA Movimientos (Articulação Continental de Movimentos Sociais da ALBA – Aliança Bolivariana das Américas) – que hoje agrega organizações de 24 países em torno de um projeto de integração popular para a região –, iniciamos em Julho de 2015 um debate para passarmos a usar o termo Movimentos Populares, no intuito de não perdermos o caráter de classe trabalhadora com o qual nos identificamos. No entanto, não demos sequência a este debate e não avançamos em concretizar uma deliberação coletiva rumo a um conceito único que caracterize a especificidade e

identidade desse sujeito.

Desde então, a confusão segue, e vemos que mesmo nos espaços da esquerda seguimos utilizando ambos os termos para identificar as organizações da classe trabalhadora.

Conforme mencionei acima creio que este não é um debate menor. É de suma importância que retomemos este debate e avancemos, o mais breve possível, em chegar a um acordo coletivo sobre o uso do termo.

Assim sendo, me atrevo a defender que devemos passar a utilizar somente o termo Movimentos Populares, para nos identificar nos espaços nacionais e internacionais que atuamos e em todos os documentos que publicamos. Desta forma, eliminaríamos o uso do termo Movimentos Sociais.

No atual contexto internacional, somente com o uso do termo Movimentos Populares poderemos caracterizar que somos organizações que vêm do povo, sendo que, em nosso entendimento, o povo, especialmente nos países de economia dependente e subordinada, não é outra coisa senão a classe trabalhadora, em seu sentido amplo, como a classe que vive do seu próprio trabalho.

As frações de classe burguesas dominantes em nossos países, somadas à determinadas parcelas da pequena burguesia, não se identificam como povo, por isso em suas articulações não podem considerar-se movimento popular, ainda que possam considerar-se movimentos sociais. Ademais, interessa muito a estes setores a adoção deste último termo, pois ele pode dar a (falsa) impressão de que suas organizações tem uma ampla representação na sociedade, o que lhe daria mais legitimidade na disputa das ideias e das ruas.

Temos clareza que para sermos rigorosos com o conceito, o ideal seria utilizar “movimentos da classe trabalhadora”, no entanto, entendemos que a partir da primeira ofensiva neoliberal dos anos 1990, e da reestruturação produtiva aplicada por esta, houve um grande impacto na classe trabalhadora como um todo, mas em especial no operariado industrial urbano, que perdeu muitos postos de trabalho, e cada vez mais vive do trabalho precarizado e informal, além de estar muito mais concentrado nos setores de serviços em detrimento dos setores produtivos.

Desde então, a classe que vive do seu trabalho já não é somente o tradicional operariado urbano que se organiza em seu sindicato. As trabalhadoras e os trabalhadores têm se organizado de formas diversas, tais como: nos movimentos camponeses; movimentos indígenas e afrodescendentes; movimentos por moradia e por direito à cidade; movimentos de juventude; movimentos culturais, de comunicação; movimentos feministas, LGBTs; entre muitos outros.

Para abarcar esta diversidade, caracterizar mais claramente esses sujeitos organizados e fazermos a luta de classes também com a arma das ideias, é fundamental que passemos a utilizar somente o termo Movimentos Populares em nossas diversas intervenções orais e escritas.

Notas

1. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/via-campesina/2018/05/a-luta-de-classes-na-batalha-das-ideias-movimentos-sociais-x-movimentos-populares-por-joao-pedro-stedile/>>. Acesso em 30 de dezembro de 2019.

2. João Pedro Stédile é graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pós-graduado pela Universidade Nacional Autônoma do México e coordenador nacional Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Stédile fez parte da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e participa, desde 1979, das atividades da luta pela reforma agrária no País, pelo MST e pela Via Campesina. O militante de maior destaque no Brasil é autor e co-autor de diversos livros como: *Brava Gente: a Trajetória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil*, com Bernardo Mancano Fernandes. São Paulo. Editora Perseu Abramo: 1999; *Classes Sociais em Mudança e a Luta Pelo Socialismo*, com Francisco de Oliveira e José Genoíno. São Paulo. Editora Perseu Abramo: 2000; *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*, com Roberta Traspadini. São Paulo. Editora Expressão Popular: 2005; *A Questão Agrária no Brasil: o Debate Tradicional: 1500-1960*. São Paulo. Editora Expressão Popular: 2005; *A Questão Agrária no Brasil: o Debate na Esquerda: 1960-1980*. São Paulo. Expressão Popular: 2005; *A Questão Agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária: 1946-2003*. São Paulo. Expressão Popular: 2005; *Leituras da Crise*, com Marilena Chauí, Leonardo Boff et al. São Paulo. Editora Perseu Abramo: 2006. Texto extraído da Wikipédia, disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Pedro_St%C3%A9dile>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

3. Site do MST, movimento fundado em 1984. Conteúdos sobre o movimento no site disponível em <<https://mst.org.br/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

4. O Sul21 "é um veículo de comunicação com foco na defesa da democracia, dos direitos, da liberdade de expressão e do desenvolvimento social." Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

5. Segundo o site da Frente Brasil Popular, *participam da Frente Brasil (por ordem alfabética):* ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Adere – Movimento dos Assalariados Rurais; A Marighella; ANA –

Associação Nacional de Agroecologia; Associação de Advogados da União pela Democracia; ANPG- Associação Nacional dos Pós-Graduandos; Ainda MG; ATRAF (Associação dos Trabalhadores de Franca); Barão de Itararé; CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz; CEBES - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde; CEBRAPAZ (Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz); CMP (Central de Movimentos Populares); CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores); CONAQ – Movimento Nacional dos Quilombolas; CONEN (Confederação Nacional de Entidades Negras); Consulta Popular; CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); CPT - Comissão Pastoral da Terra; CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); CUT (Central Única dos Trabalhadores); ESTOPIM; FETRAF Brasil; Fora do Eixo; FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação); Fórum Político Interreligioso; FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil); Federação dos Metalúrgicos do RS; Fórum 21; FUP (Federação Única dos Petroleiros); Grupo ACONTECE – Arte e Política LGBT; INESC; Igrejas; INMA (Instituto Nacional do Meio Ambiente); Juventude Revolução; Levante Popular da Juventude; Marcha Mundial das Mulheres; Mídia Ninja; MCP (Movimento Camponês Popular); MTD (Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos); MLT (Movimento de Luta por Terra); MMC (Movimento de Mulheres Camponesas); MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens); MNCCD (Movimento Nacional Contra Corrupção e pela Democracia); MNLCN (Movimento Nacional de Luta Contra o Neoliberalismo e Pelo Socialismo); MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores); MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra); MOTU (Movimento dos Trabalhadores Urbanos); MAM (Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração); Movimento Nacional de Rádios Comunitárias; Movimento da Reforma Sanitária Brasileira; Movimento das Pescadoras e Pescadores do Brasil; Movimento Fé Brasil; Nação Hip Hop Brasil; Pastorais Sociais; Rede de Médicas/os Populares; RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares); Sindesp SP; Sindieletro MG (Sindicato dos Eletricistas de Minas); SENGE-Rio (Sindicato dos Engenheiros do Estado – RJ); Sindute MG (Sindicato Único de trabalhadores em Educação de Minas Gerais); UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas); UBM (União Brasileira de Mulheres); UJS (União da Juventude Socialista); UNEGRO (União de Negros Pela Igualdade); UNE (União Nacional de Estudantes); UNMP (União Nacional por Moradia Popular); Via camponesa. Ainda, parlamentares e dirigentes de diversos

partidos e correntes partidárias, entre os quais o PT, o PCdoB, o PSB, PMDB, PCO, PCML, Refundação Comunista e o PDT. Também participam diversos intelectuais e jornalistas que atuam em diferentes espaços da mídia popular e que compartilham desse esforço." Site da Frente Brasil Popular, disponível em <<http://frentebrasilpopular.org.br/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.